

A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E O TRABALHO DA ENFERMEIRA NO CONTEXTO DO SUS

Norma Carapiá Fagundes¹

Taize Muritiba Carneiro²

Anna Gabriella Carvalho Rangel³

Lívia Magalhães Brito Costa⁴

INTRODUÇÃO: A educação permanente em saúde (EPS) tem hoje no Brasil o estatuto de política nacional¹. As justificativas para a instituição dessa política estão relacionadas à necessidade de mudança na forma como a educação vem tradicionalmente se processando no campo da saúde, com ações verticalizadas, esporádicas e com pouca ou nenhuma vinculação com as demandas advindas do processo de trabalho em saúde, bem como pela busca de estratégias e métodos de articulação de ações, saberes e práticas para potencializar a atenção integral, resolutiva e humanizada. No sentido de potencializar a atenção à saúde, a EPS pode ser considerada uma diretriz qualificadora do trabalho e dos serviços nos diversos espaços do Sistema Único de Saúde (SUS). Concebida como aprendizagem, no contexto do trabalho está referida à atualização necessária para o desenvolvimento das práticas de cuidado, bem como à construção de relações e aprendizagens para o trabalho em equipe, para as práticas de gestão organizacional, interinstitucional e intersetorial em saúde². EPS pressupõe discussões por meio da projeção de ambientes pedagógicos que promovam a problematização das práticas coletivas, com o objetivo de avaliar, revisar e transformar os processos de trabalho. O resumo apresenta os resultados relacionados à EPS obtidos através da pesquisa **Análise do trabalho e do processo de educação permanente da enfermeira no contexto do SUS**, desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa em Políticas, Gestão, Trabalho e Recursos Humanos em Enfermagem e Saúde Coletiva (Grupo Gerir) da Escola de Enfermagem da UFBA com apoio financeiro da Fapesb/PPSUS; realizada em parceria com a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) Seção Bahia. **OBJETIVO:** Caracterizar o processo de educação permanente no trabalho da enfermeira no âmbito do SUS. **MÉTODO:** estudo empírico de caráter exploratório, com abordagem qualitativa. Inicialmente realizou-se uma revisão exaustiva da literatura nacional e internacional sobre os processos de educação permanente no campo da saúde. Em seguida se operou a coleta de informações por meio de grupos focais com enfermeiras e com especialistas no campo do trabalho em enfermagem e da educação permanente, no período entre março de 2011 a março de 2012. Os grupos focais ocorreram em eventos nacionais promovidos pela ABEn contando com a presença de enfermeiras de diferentes partes do país, com o objetivo de identificar variáveis para análise. Além destes eventos foi realizado um grupo focal na cidade de Salvador, com a intenção de aprofundar questões relacionadas ao trabalho da enfermeira na atenção básica/Estratégia Saúde da Família e vinculação deste com processos de educação permanente. Os grupos, com a presença de especialistas, possibilitaram validar a análise dos achados e da metodologia. Foi também utilizada a análise de documentos administrativos e legislação. **RESULTADOS:** no que se refere à educação permanente,

¹ Doutora em Educação, professora do programa de pós-graduação da Escola de Enfermagem da UFBA.

² Mestre em Enfermagem, enfermeira do Hospital Universitário Professor Edgard Santos UFBA. taizemuritiba@ufba.br.

³ Mestranda em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia- UFBA, enfermeira UBS- PMS.

⁴ Mestranda em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia- UFBA, enfermeira do Instituto Sócrates Guanaes.



os resultados mostraram poucas mudanças nas práticas utilizadas como estratégias para promover essa educação. A EPS ainda é pouco compreendida pelas enfermeiras e na maioria das vezes identificada e praticada apenas como capacitações e treinamentos, sem uma vinculação direta com a problematização de situações do trabalho e com ações que visem introduzir mudanças nas práticas em saúde. De acordo com os achados, verifica-se que a EPS funciona melhor quando a gestão do serviço é participativa e o planejamento das ações atende as necessidades específicas de cada equipe ou serviço. Entretanto, estas são situações pouco encontradas nos serviços de saúde. Para alguns participantes a enfermeira é a profissional mais adequada para a coordenação dos processos de EPS, por ser a profissional responsável pelas ações ligadas à educação no campo da saúde, desenvolvendo ações não só para a equipe de enfermagem, mas também para a equipe multiprofissional. **CONCLUSÃO:** as novas responsabilidades assumidas pelas enfermeiras no SUS, ao lado da busca pela demarcação social e científica da profissão, indicam a necessidade de mudanças no processo de trabalho e de formação e educação permanente dessas profissionais. A articulação entre os processos formativos e processos de trabalho é uma tendência que emerge a partir dos anos de 1980, advinda de movimentos de formação no trabalho, atravessando hoje todas as instâncias da formação, seja inicial ou de educação permanente. A tendência que se observa hoje nesse movimento é da substituição progressiva de uma concepção instrumental e adaptativa de formação para a mudança, para uma concepção de formação na mudança, privilegiando estratégias interativas entre os atores em um dado contexto. Nesse sentido, a educação permanente não pode ser vista como uma estratégia para transformar os indivíduos para adaptá-los ao trabalho, mas para a transformação do próprio trabalho³. A educação permanente no contexto do trabalho das enfermeiras tem um significado especial, uma vez que permite correlacionar não só aspectos específicos ligados à prática dessas profissionais, mas também aspectos coletivos relacionados com o trabalho em enfermagem e em saúde. Assim, a EPS pode fortalecer a articulação entre o trabalho da maior força de trabalho no campo da saúde, que são os profissionais em enfermagem, com os demais membros das equipes de saúde, e, promover por meio da experimentação, a aprendizagem individual, coletiva e organizacional para resignificação das práticas no trabalho coletivo. Entende-se que para isto é necessário um investimento de formação das enfermeiras com o objetivo de melhor compreender e definir como a política de educação permanente pode chegar ao trabalho em saúde. Tradicionalmente, a enfermeira desempenha nos serviços de saúde o papel de coordenadora do processo de trabalho e responsabiliza-se diretamente pela organização das ações de educação permanente, tanto na rede hospitalar como na rede básica de serviços de saúde. Considera-se que é necessário construir espaços de contra-hegemonia para produzir mudanças no trabalho em saúde, iniciando pela enfermagem, por ser um campo de trabalho que inclui três categorias de profissionais e que concentra o maior número de trabalhadoras da saúde, maior volume de trabalho e diversidade de ações. Entende-se a pesquisa como um dos espaços para a construção dessa contra-hegemonia.

DESCRITORES: enfermagem; educação continuada.

ÁREA TEMÁTICA: Produção Social e Trabalho em Saúde e Enfermagem.

REFERÊNCIAS:

1. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Brasília; 2007.



2. Cecim, RB. Educação Permanente em Saúde: um desafio ambicioso e necessário. In: Revista Interface- Comunicação, Saúde, Educação. Fundação UNI Botucatu/ Unesp. 2005; 9(16):161-17.

3. Canário, R. Formação e Mudança no campo da saúde. In: Canário, R. Formação e Situações de Trabalho. Lisboa: Porto Editora; 1999. P. 117- 136.